

ANO XXII N. 213 17/12/2024

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

[Resolução Administrativa n. 218, de 16 de dezembro de 2024](#)

Aprova o Ato Regimental GP n. 38, de 16 de dezembro de 2024, que altera o Regimento Interno do TRT da 3ª Região, nos termos do Parecer CRI n. 4/2024.

(DEJT/TRT3 Cad. Adm. 16/12/2024, p. 4-5)

[Ato Regimental GP n. 38, de 16 de dezembro de 2024](#)

Altera o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

(DEJT/TRT3 Cad. Adm. 16/12/2024, p. 5-7)

[Resolução Administrativa n. 219, de 16 de dezembro de 2024](#)

Adia a apreciação do item relativo à Seção de Sustentabilidade, Acessibilidade e Inclusão, aprova a sugestão apresentada pelo Exmo. Desembargador Paulo Maurício Ribeiro Pires, para que gestão dos contratos dos motoristas fique a cargo da Seção de Controle e Fiscalização dos Contratos da Frota Oficial (SEGEST), mas a fiscalização, a coordenação e a capacitação dos motoristas fique sob responsabilidade da Secretaria de Inteligência e Polícia Institucional (SINPI), e a Resolução GP n. 370, de 16 de dezembro de 2024, que altera as Resoluções GP n. 232, de 15 de julho de 2022; n. 233, de 15 de julho de 2022; n. 262, de 12 de setembro de 2022; e n. 265, de 5 de dezembro de 2022; e dispõe sobre ajustes relativos a funções comissionadas.

(DEJT/TRT3 Cad. Adm. 16/12/2024, p. 7)

[Resolução GP n. 370, de 16 de dezembro de 2024](#)

Altera as Resoluções GP n. 232, de 15 julho de 2022; n. 233, de 15 de julho de 2022; n. 262, de 12 de setembro de 2022; e n. 265, de 5 de dezembro de 2022; e dispõe sobre ajustes relativos a funções comissionadas.

(DEJT/TRT3 Cad. Adm. 16/12/2024, p. 8)

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

[Resolução n. 599, de 13 de dezembro de 2024](#)

Institui a Política Judiciária de Atenção às Comunidades Quilombolas e diretrizes e procedimentos para efetivar a garantia de acesso à justiça por pessoas e comunidades quilombolas.

(DJe/CNJ 16/12/2024, p. 2-9)

[Resolução n. 600, de 13 de dezembro de 2024](#)

Dispõe sobre a localização de pessoas e bens por oficiais de justiça, mediante acesso a sistemas informatizados do Poder Judiciário.

(DJe/CNJ 16/12/2024, p. 10-11)

[Resolução n. 603, de 13 de dezembro de 2024](#)

Regulamenta a permuta de magistrados(as) vinculados(as) a tribunais de justiça estaduais e do Distrito Federal e dos Territórios.

(DJe/CNJ 16/12/2024, p. 12-14)

[Resolução n. 604, de 13 de dezembro de 2024](#)

Altera a Resolução CNJ nº 184/2013, que dispõe sobre os critérios para criação de cargos, funções e unidades judiciárias no âmbito do Poder Judiciário.

(DJe/CNJ 16/12/2024, p. 14-15)

[Resolução n. 605, de 13 de dezembro de 2024](#)

Altera a Resolução CNJ n. 425/2021, que instituiu a Política Nacional Judicial de Atenção a Pessoas em Situação de Rua e suas interseccionalidades, torna obrigatória a criação de Comitês Locais PopRuaJud e a realização de mutirões de cidadania e acesso à Justiça e institui o Índice PopRuaJud e o Prêmio Nacional PopRuaJud.

(DJe/CNJ 16/12/2024, p. 15-18)

[Resolução Conjunta n. 12, de 13 de dezembro de 2024](#)

Altera a Resolução Conjunta CNJ/CNMP nº 3/2012.

(DJe/CNJ 16/12/2024, p. 18-20)

[Portaria Presidência n. 420, de 11 de dezembro de 2024](#)

Altera a Portaria Presidência nº 404/2024, que dispõe sobre o recesso judiciário e sobre a suspensão dos prazos processuais, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, no período de 20 de dezembro de 2024 a 31 de janeiro de 2025.

(DJe/CNJ 16/12/2024, p. 20)

[Portaria Presidência n. 394, de 19 de novembro de 2024](#)

Institui a Comissão de Pré-Seleção e a Comissão Julgadora do 2º Concurso Nacional de Decisões Judiciais e Acórdãos em Direitos Humanos, com ênfase no controle de convencionalidade e na jurisprudência interamericana.

(DJe/CNJ 17/12/2024, p. 9-10)

[Portaria Presidência n. 422, de 11 de dezembro de 2024](#)

Altera a Portaria Presidência nº 411/2024, que institui o regulamento do Prêmio CNJ de Qualidade, ano 2025.

(DJe/CNJ 17/12/2024, p. 11-15)

LEGISLAÇÃO FEDERAL

[Decreto n. 12.311, de 16 de dezembro de 2024](#)

Institui o Programa de Integridade da Presidência da República e da Vice-Presidência da República.

(DOU 10/12/2024, Seção 1, p. 2-3)